

A “INTRODUÇÃO” DOS *GRUNDRISSE* DE 1857: O MÉTODO DE PESQUISA MARXIANO EM CONTRAPOSIÇÃO ÀS POSIÇÕES “PÓS-MODERNISTAS”

Argus Vasconcelos de Almeida¹

Resumo

É objetivo do presente estudo analisar o método de pesquisa científica marxiano presente na “Introdução” dos *Grundrisse* de 1857 à luz das contribuições teóricas de Lukács, desenvolvidas por autores marxistas brasileiros da atualidade, em confronto com as posições “pós-modernistas”.

Palavras-chave: “Introdução” de 1857. Método marxiano. Posições “pós-modernistas”.

LA "INTRODUCCIÓN" DE LOS GRUNDRISSE DE 1857: EL MÉTODO DE INVESTIGACIÓN MARXIANO EN CONTRAPOSICIÓN A LAS POSICIONES "POST-MODERNISTAS"

Resumen

Es objetivo del presente estudio analizar el método de investigación científica marxiano presente en la "Introducción" de los *Grundrisse* de 1857 a la luz de las contribuciones teóricas de Lukács, desarrolladas por autores marxistas brasileños de la actualidad, en confrontación con las posiciones "posmodernistas".

Palabras clave: "Introducción" de 1857. Método marxiano. Posiciones "posmodernistas".

INTRODUÇÃO

Para o supervisor editorial da edição brasileira, Mário Duayer (2011), examinar os *Grundrisse*, é ter acesso ao laboratório de estudos de Marx, sendo o primeiro esboço da obra prima *O Capital*. O Prof. José Paulo Netto num debate sobre o lançamento da obra, classificou-a como um “registro de investigação”, diante da noção marxiana de que a investigação (ou pesquisa) é diferente da sua exposição. Assim os

¹ Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. E-mail: argusalmeida@gmail.com

Grundrisse (que Marx nunca pensou em publicar) seria o registro de investigação e a obra *O Capital* seria a sua exposição sobre a crítica da economia política.

Segundo Duayer (2011), a “Introdução” talvez seja um dos escritos mais discutidos da obra marxiana, apesar de ter sido deixado de lado pelo próprio autor, que o menciona apenas uma vez, e aparentemente ignorado por Engels. O interesse que o texto atrai pode ser explicado pelo fato de que, embora inacabada, a “Introdução” representa um dos raros momentos em que as questões “metodológicas” são tratadas por Marx de maneira autônoma.

Pela quase ausência de textos propriamente metodológicos, a “Introdução”, tornou-se um texto crucial para a compreensão da metodologia marxiana: a frequente alusão ao texto justifica-se, principalmente, por nela estar contida a mais extensa e a única exposição sistemática sobre a questão do método, na imensa literatura marxiana (BORBA; PORTUGAL; SILVA, 2008).

Marx se remete àquela “Introdução” que havia escrito em 1857, no entanto, afirma que por motivos concernentes à estratégia de exposição para seu leitor, preferia não publicá-la, pois, guardava o receio de que, se desde o início declarasse seu projeto, sua especificidade metodológica, e o conteúdo de sua crítica, tais declarações afirmariam teses que apenas seriam provadas no interior do próprio tratado, dificultando a compreensão da Crítica. As condições nas quais se daria a recepção de sua obra por parte de seus leitores o levaram a retirar a introdução geral do texto, de modo que o percurso do modo de exposição se daria do particular, da forma mais imediata, mais concreta, de manifestação do objeto (o dinheiro e depois a mercadoria) até chegar no mais abstrato e mais universal, o valor, o capital e o mercado mundial (SIQUEIRA, 2015).

No entanto, a “Introdução” esboçada em 1857 foi encontrada entre os espólios de Marx. Embora os manuscritos de 1857-1858 apenas fossem descobertos em sua totalidade em 1923, graças a David Ryazanov, então diretor do Instituto Marx-Engels de Moscou (IME), e tornados conhecidos apenas em 1953, a “Introdução” foi o único texto que foi encontrado e editado separadamente antes disso. Já em 1903 Karl Kautsky o publicou na revista do SPD, *Die NeueZeit* (SIQUEIRA, 2015).

Para Netto (2011), entretanto, Marx formula com precisão os elementos centrais do seu método, formulação que aparece na “Introdução”, redigida em 1857, aos manuscritos que, publicados postumamente, foram intitulados “Elementos fundamentais para a crítica da economia política”. Nestas poucas páginas que se

encontram sintetizadas as bases do método que viabilizou a análise contida em “O capital”.

Considerando o conjunto da sua obra, Marx poucas vezes se deteve explicitamente sobre a questão do método. Não é casual, de fato, que Marx nunca tenha publicado um texto especificamente dedicado ao método de pesquisa tomado em si mesmo, como algo autônomo em relação à teoria ou à própria investigação: a orientação essencial do pensamento de Marx era de natureza ontológica e não epistemológica. Por isto, o seu interesse não incidia sobre um abstrato “como conhecer”, mas sobre “como conhecer um objeto real e determinado” (NETTO, 2011).

É objetivo do presente estudo analisar o método de pesquisa científica marxiano presente na “Introdução” dos *Grundrisse* de 1857 em confronto com as posições “pós-modernistas”.

O método cientificamente correto segundo Marx

Escreve Marx, na abertura da parte 3 da “Introdução” de 1857, sobre o método da economia política:

Se consideramos um dado país de um ponto de vista político-econômico, começamos com sua população, sua divisão em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital, etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço, etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu comesse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado a determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações. A primeira via foi a que tomou historicamente a Economia em sua gênese. Os economistas do século XVII, p. ex., começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc.; mas sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como a divisão do trabalho, necessidade, valor etc., que depois descobrem por meio da análise. Tão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos, que se elevaram dos simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último é

manifestamente o método cientificamente correto. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento (MARX, 2011, p.54, grifos nossos).

O primeiro método apresentado por Marx é aquele que tem como pressuposto – e como garantia de objetividade – começar pelo real. Como o objeto da Economia é a produção, este método supõe que, começar pela população – sujeito da produção – é começar pelo real. Marx aponta, em primeiro lugar, para o erro desta concepção metodológica. Partir da população como se fosse partir do real é, na verdade, partir de uma suposição de que a população representa a base sólida, concreta, sobre o qual o processo de conhecimento deveria se iniciar. Mas, para Marx, a população só começa a ganhar sentido teórico quando a análise vai chegando às suas determinações. A população, pressuposta inicialmente como o real, dado, concreto e efetivo – o imediatamente apreensível – constitui-se como um ponto de partida cuja concretude é falsa, pois constitui-se como uma mera abstração se, nela, não estiverem contidas as suas determinações, ou seja, os conceitos mais simples. Logo, a população parece ser uma base sólida, concreta e real, de onde deve partir o conhecimento. Mas isto é falso, pois a concretude da população só começa a ser apreendida a partir do processo de análise, processo este fundamentalmente teórico. Os conceitos e as relações gerais e abstratas a que se chega pela análise é que constroem a concretude da população, pois, sem os conceitos que constituem as determinações da população, ela continuaria a ser uma abstração vazia, uma representação caótica (BORBA; PORTUGAL; SILVA, 2008).

Escreve a Professora Miriam Limoeiro Cardoso que, para Marx, “fundar-se no real – supostamente uma base sólida – como garantia de objetividade é fundar-se numa base vazia de sentido, perdendo, portanto, tal garantia” (CARDOSO, 1990, p.21). A concretude, aqui, não é da ordem do real, e sim da ordem do teórico: é o trabalho teórico que constrói a concretude do real, que substitui a abstração vazia por múltiplas determinações construídas pelo trabalho teórico.

Para Marx, se o real tem uma ordem, ela não está dada; por outro lado, a busca do conhecimento desta ordem – a das determinações que estruturam o real – consiste num caminho que não é uma via informada diretamente pelo real e, também, não é

um conhecimento produzido a partir do contato direto com o real. Em outras palavras, para a produção teórica das determinações da realidade social – cuja existência é uma suposição inicial do trabalho científico de Marx – não se parte de uma análise procedente do real; ao contrário, parte-se, como diz Cardoso, “dos conceitos mais simples que essa análise, já disponível – senão ela não poderia ser criticada – conseguiu alcançar no seu final” (CARDOSO, 1990, p.23).

Assim, para Marx, o “método cientificamente correto” é aquele que começa “pelo trabalho crítico sobre as categorias gerais elaboradas pela análise empírica” (CARDOSO, 1990, p.23).

Para a autora, já havia o reconhecimento, por parte de Marx, que no século XIX já predominavam as perspectivas empíricas nas pesquisas científicas, de que o objeto inicial do trabalho científico não é o real propriamente dito; diferentemente das interpretações dominantes, a concepção de relação que se estabelece no “método cientificamente correto” é a de uma relação entre o sujeito de conhecimento (histórico e teórico) e o conhecimento já disponível, uma relação de negação e crítica que, face à precariedade do conhecimento anterior, produz-se um novo conhecimento. A concretude do real é produzida no campo teórico com a construção das determinações e, assim, tanto o objeto de que se parte, quanto aquele que é produzido são construídos pelo trabalho teórico.

Porém, estas determinações não são construídas a partir de uma relação com o próprio real: são construídas a partir de uma crítica teórica do conhecimento anterior.

Há, então, dois caminhos constitutivos do “método cientificamente correto” – e não um único caminho: o primeiro constitui o trabalho de crítica do conhecimento anterior, do conhecimento acumulado e já disponível socialmente. Este trabalho de crítica do conhecimento anterior foi exatamente o gigantesco e rigoroso trabalho realizado por Marx ao empreender a crítica da economia clássica e sem o qual a teorização sobre o modo de produção capitalista seria impossível. Esta é a via em que se caminha do abstrato (as categorias da economia clássica) ao abstrato e em que são reconstruídas as categorias econômicas, a partir da crítica. Este foi, portanto, um trabalho enorme e um esforço teórico gigantesco empreendido por Marx, que passa a se constituir como ponto de partida, então, para a construção de sua teoria sobre a produção capitalista.

O segundo caminho do “método cientificamente correto” consiste na própria teorização do objeto, ou seja, consiste na produção teórica do modo de produção

capitalista, a partir da reconstrução crítica das categorias econômicas realizada no primeiro momento. Assim, o ponto de partida do segundo método – o “método cientificamente correto” – não é o ponto de chegada do primeiro método, pois, além de ser abstrato, é um abstrato reconstruído criticamente a partir do primeiro abstrato.

Em outras palavras, as categorias às quais chegou a Economia Política clássica precisaram ser reconstruídas criticamente e, somente a partir desta crítica, foi possível a produção teórica nova, a produção científica de Marx. Portanto, o ponto de partida para a produção teórica nova é este abstrato já criticado pelo autor e não o real.

Sobre isto, enfatiza Cardoso:

Portanto, o conhecimento científico do real começa com a produção crítica das suas determinações, produção que se processa ao nível do teórico, ao nível das categorias. Por ser crítica de uma produção teórica anterior, tal produção só pode ser alcançada quando já existe um desenvolvimento teórico razoável disponível. É daí que o método para produzir esse conhecimento “se eleva do abstrato ao concreto.” (CARDOSO, 1990, p.32).

Apesar da afirmação acerca da anterioridade do real e de sua independência face ao seu conhecimento, o real, aqui, aparece como pressuposição – e não como objeto da ciência marxiana. Para Marx, o real coloca-se como pressuposto: há uma certeza teórica de sua existência e concretude e, por isso, ele é o ponto de partida efetivo.

Por isto, o “método cientificamente correto” tem este real como pressuposição, embora o conhecimento deste real não proceda deste mesmo real. Para concluir, podemos afirmar que, por um lado, “o pensamento não é a gênese do real, nem o real é a gênese do pensamento. Mas se pode, e se deve, afirmar que o real sempre antecede ao teórico, que o teórico é um teórico sobre um real” (CARDOSO, 1990, p.31); mas que, por outro lado, a produção do real no pensamento não advém de uma relação entre sujeito e real: provém de uma nova construção a partir de uma construção anterior que se nega ou que se alarga.

A afirmação de Cardoso (1990) acerca da condição teórico-histórica para o alcance da produção científica marxiana – e, portanto, para a realização deste “método cientificamente correto” – é fundamental: a autora nos mostra que, não somente Marx reconhecia que a sua produção teórica só foi possível mediante a existência de uma produção anterior – a já disponibilizada pela Economia Política clássica – como reconhecia que seu objeto inicial é resultado da crítica e reconstrução desta produção anterior. Ou seja, o “método cientificamente correto” – de elevar-se

do abstrato ao concreto – só pôde ser realizado a partir de um certo contexto histórico e científico. Este método, então, não pode ser pensado independente da conjuntura científica e social da qual emerge, ou seja, não pode ser pensado abstraído das determinações teóricas e históricas de onde partiu, através das quais pôde se realizar.

Por sua vez, para o Prof. José Paulo Netto (2011), Marx separa claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como dados; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples.

Marx considera que este procedimento analítico foi necessário na emergência da economia política, mas está longe de ser suficiente para reproduzir idealmente (teoricamente) o “real” e o “concreto”. Com efeito, depois de alcançar aquelas “determinações mais simples”, “teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (NETTO, 2011).

É esta “viagem de volta” que caracteriza, segundo Marx, o método adequado para a elaboração teórica. Ele esclarece: o último método é manifestamente o método cientificamente exato. *O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso.* Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo das sínteses, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento (NETTO, 2011).

Para alcançar a inteira compreensão do método que Marx considera “cientificamente exato”, o sentido de “abstração” e “abstrato”. A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável. O próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador. A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir “determinações as mais simples”. Neste nível, o elemento abstraído torna-se

“abstrato” – precisamente o que não é na totalidade de que foi extraído: nela, ele se concretiza porquanto está aturado de “muitas determinações”. A realidade é concreta exatamente por isto, por ser “a síntese de muitas determinações”, a “unidade do diverso” que é própria de toda totalidade. O conhecimento teórico é, nesta medida, para Marx, o conhecimento do concreto, que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente ao pensamento: deve ser reproduzido por este e só “a viagem de modo inverso” permite esta reprodução. Em Marx, há uma contínua preocupação em distinguir a esfera do ser da esfera do pensamento; o concreto a que chega o pensamento pelo método que Marx considera “cientificamente exato” (o “concreto pensado”) é um produto do pensamento que realiza “a viagem de modo inverso”. Marx não hesita em qualificar este método como aquele “que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto”, “único modo” pelo qual “o cérebro pensante” “se apropria do mundo” (NETTO, 2011).

Cabe também precisar o sentido das “determinações”: determinações são traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade. Por isto, o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real. As “determinações as mais simples” estão postas no nível da universalidade; na imediaticidade do real, elas mostram-se como singularidades – mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade (NETTO, 2011).

Já as categorias, “exprimem [...] formas de modos de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada” – ou seja: elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias ontológicas); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias reflexivas). Por isto mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias: as categorias próprias da sociedade burguesa só têm validade plena no seu marco (um exemplo: trabalho assalariado). E uma vez que, para Marx “a sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção” – vale dizer: a mais complexa de todas as organizações da produção até hoje conhecida –, é nela que existe realmente o maior desenvolvimento e a maior diferenciação categorial. Logo, a sua reprodução ideal (a sua teoria) implica a apreensão intelectual dessa riqueza

categorial (o que significa dizer que a teoria da sociedade burguesa deve ser também rica em categorias) (NETTO, 2011).

Depois de anotar que a sociedade burguesa apresenta a mais desenvolvida organização da produção, Marx, numa argumentação que interdita qualquer procedimento e natureza positivista, observa: As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, levam de arrastão, desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado e que toma assim a sua significação etc. *A anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco*. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode ser compreendido [...] senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia da antiguidade etc. Esta argumentação inverte a vulgar proposição positivista de que “o mais simples explica o mais complexo”: somente quando uma forma mais complexa se desenvolve e é conhecida é que se pode compreender inteiramente o menos complexo – é o presente, pois, que esclarece o passado (NETTO, 2011).

Para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação. Extraiu da efetividade do movimento do capital a sua lógica, deu-nos a teoria do capital: a reprodução ideal do seu movimento real. E para operar esta reprodução, ele tratou de ser fiel ao objeto: é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações. (NETTO, 2011).

Também não ofereceu definições. Porque procede pela descoberta das determinações, e porque, quanto mais avança na pesquisa, mais descobre determinações – conhecer teoricamente é saturar o objeto pensado com as suas determinações concretas –, Marx não opera com definições. Na “viagem em sentido inverso”, as “abstrações mais tênues” e as “determinações as mais simples” vão sendo carregadas das relações e das dimensões que objetivamente possuem e

devem adquirir para reproduzir (no plano do pensamento) as múltiplas determinações que constituem o concreto real (NETTO, 2011).

A formulação da “Introdução de 1857 é, vista no processo do pensamento de Marx, um ponto de chegada e um ponto de partida. É um ponto de chegada, na medida em que resulta de todo o trato teórico anterior e, pois, contém uma adequação da posição do pesquisador às exigências do objeto; é um ponto de partida, porque assinala um novo tratamento do objeto (NETTO, 2011).

QUESTÕES FILOSÓFICAS DO MÉTODO MARXIANO ILUMINADAS POR LUKÁCS

De acordo com Martins (2007), para o materialismo histórico-dialético, o mundo empírico representa apenas a manifestação fenomênica da realidade em suas definibilidades exteriores. Os fenômenos imediatamente perceptíveis, ou seja, as representações primárias decorrentes de suas projeções na consciência dos homens, desenvolvem-se à superfície da essência do próprio fenômeno. Fundamentado neste princípio marxiano, Kosik (1976) afirma que a essência do fenômeno não está posta explicitamente em sua pseudo-concreticidade (concreticidade aparente), não se revelando de modo imediato, mas sim, pelo desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais.

A construção do conhecimento demanda então, a apreensão do conteúdo do fenômeno, preñe de mediações históricas concretas que só podem ser reconhecidas à luz das abstrações do pensamento, isto é, do pensamento teórico. Não se trata de descartar a forma pela qual o dado se manifesta, pelo contrário, trata-se de sabê-la como dimensão parcial, superficial e periférica do mesmo. Portanto, o conhecimento calcado na superação da aparência em direção à essência requer a descoberta das tensões imanentes na intervinculação e interdependência entre forma e conteúdo (MARTINS, 2007).

Portanto, se queremos descobrir a essência oculta de um dado objeto, isto é, superar sua apreensão como real empírico, não nos bastam descrições acuradas (escritas, filmadas, fotografadas etc.), não nos bastam relações íntimas com o contexto da investigação, isto é, não nos basta fazer a fenomenologia da realidade naturalizada e particularizada nas significações individuais que lhes são atribuídas. É preciso caminhar das representações primárias e das significações consensuais em sua imediatez sensível em direção à descoberta das múltiplas determinações

ontológicas do real. Assim sendo, não pode nos bastar apenas o que é visível aos olhos, pois o conhecimento da realidade, em sua objetividade, requer a visibilidade da máxima inteligência dos homens (MARTINS, 2007).

Nesta direção de pensamento, reconhecemos a existência de inúmeras visões acerca do que seja realidade e para evitarmos equívocos teórico-conceituais de interpretação é importante lembrar que para Marx, a realidade encerra a materialidade histórica dos processos de produção e reprodução da existência dos homens. O conhecimento sobre ela é, por consequência, apenas um meio através do qual a consciência, assimilando-a, a reproduz intelectualmente. Deste modo, a atividade teórica por si mesma em nada altera a existência concreta do fenômeno. Esta alteração apenas se revela possível quando a atividade teórica orienta a intervenção prática transformadora da realidade (MARTINS, 2007).

Para o materialismo histórico-dialético, a compreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade encontra respaldo apenas na dialética entre singularidade, particularidade e universalidade.

Segundo Luckács (1970), nos nexos existentes entre singular-particular-universal reside o fundamento que sustenta uma autêntica e verdadeira aproximação e compreensão da realidade. Em sua expressão singular, o fenômeno revela o que é em sua imediaticidade (sendo o ponto de partida do conhecimento), em sua expressão universal revela suas complexidades, suas conexões internas, as leis de seu movimento e evolução enfim, a sua totalidade histórico-social.

Ocorre porém, que nenhum fenômeno se expressa apenas em sua singularidade ou universalidade. Como opostos, se identificam, e a contínua tensão entre eles (singular-universal) se manifesta na configuração particular do fenômeno. Em sua particularidade ele assume as especificidades pelas quais a singularidade se constitui em dada realidade de modo determinado, porém não completo, não universal. Ainda segundo Luckács, o particular representa para Marx a expressão lógica da categoria de mediação entre o específico (singular) e o geral (universal), que não podem ser compreendidos de modo isolado e por si mesmos.

A implementação do método marxiano, pressupõe como ponto de partida, a apreensão do real imediato, isto é, a representação inicial do todo, que convertido em objeto de análise por meio dos processos de abstração resulta numa apreensão de tipo superior, expressa no concreto pensado. Porém, esta não é a etapa final do processo, uma vez que as categorias interpretativas, as estruturas analíticas

constitutivas do concreto pensado serão contrapostas em face do objeto inicial, agora apreendido não mais em sua imediatez, mas em sua totalidade concreta. Este procedimento metodológico pode ser assim sintetizado: parte-se do empírico (real aparente), procede-se à sua exegese analítica (mediações abstratas), retorna-se ao concreto, isto é, à complexidade do real que apenas pôde ser captada pelos processos de abstração do pensamento (MARTINS, 2007).

Portanto, a ontologia marxiana tem a prática social como referência fundante da construção do conhecimento, nela residindo os seus critérios de validação. Não apela a negação da lógica formal, mas torna-a parte integrante da lógica dialética. Não privilegia processos de dedução em detrimento dos processos de indução ou vice-versa, caracterizada que é pelo princípio da unidade e luta dos contrários. Não proclama a lógica subjetivista como critério gnosiológico (MARTINS, 2007)

É o caráter peculiar do objeto que determina a particularidade do método a ele adequado. São as determinações mais genéricas do complexo composto por todo o existente – as determinações mais gerais da totalidade de tudo o que existe – que determinam a metodologia no seu plano o mais universal. E, se o estudo das determinações mais genérico-universais do existente é realizada pela ontologia, então, neste nível de mais ampla universalidade, será a ontologia o fundamento do método. Ou seja, são as determinações do objeto sob investigação que determinarão quais os procedimentos metodológicos mais adequados para seu desvelamento. Em outras palavras, será sempre a esfera ontológica (as determinações mais gerais do objeto sob investigação) que determinará a metodologia (LESSA, 2013).

No estudo de qualquer categoria, seja ela mais genérica ou mais particular, aspecto decisivo é a descoberta da processualidade histórica que articula a sua gênese com a sua configuração presente. Conhecer o objeto significa também conhecer o processo histórico que lhe consubstancia e não apenas a sua forma presente, como se esta não possuísse história (LESSA, 2013).

O terceiro dos elementos metodológicos decisivos é assim exposto por Lukács:

Para deslindar a questão devemos nos referir novamente ao método das duas vias de Marx, já por nós analisado: primeiro, decompor analítico-abstratamente o novo complexo de ser para poder, com o fundamento assim obtido, retornar (ou seja, avançar até) ao complexo do ser social, não só enquanto dado e portanto simplesmente representado, mas agora também concebido na sua totalidade real (LUKÁCS, 1970, p.21).

A investigação deve decompor de forma analítico-abstrata a representação do complexo de ser e, com base nos elementos assim obtidos, avançar até o “complexo

do ser social” concebido na sua “totalidade real”. Tanto a necessidade quanto a forma deste movimento de “ida e de volta” são fundamentadas pelas exigências que o real coloca para ser desvelado pela subjetividade (LESSA, 2013).

O fato de o “método das duas vias”, por exemplo, se aplicar tanto à natureza quanto ao ser social não significa que, tal como querem alguns positivistas, o método das ciências naturais possa ser aplicável às ciências humanas. Ou que, por outro lado, esta diferença entre as ciências humanas e as naturais impeça que haja elementos metodológicos comuns entre as ciências da natureza e a ciência social (LESSA, 2013).

É a isto que Lukács se refere quando, após Marx, assinala que em todo processo de conhecimento, “Quer tomemos a própria realidade imediatamente dada, ou mesmo seus complexos parciais”, o ponto de partida necessário é o conhecimento imediato do real. Este conhecimento, por ser “imediato”, não pode senão produzir uma representação “caótica do todo”. Não porque o todo seja caótico, mas porque nossa representação do mesmo é ainda imediata, carente de mediações. Só conseguimos apreender o que ele não-é (ele não é nada do que conhecemos), mas nada mais podemos afirmar do que ele é no seu ser-precisamente-assim (LESSA, 2013).

Se, no momento da “ida”, o movimento decisivo era a decomposição do “todo caótico” nos seus elementos simples, de modo a investigá-los enquanto determinações singulares, na “volta” trata-se de desvelar a relação desses elementos entre si e com a totalidade da qual fazem parte. Não apenas as partes, mas também as suas relações, adentram ao campo a ser investigado. Com isso, não apenas os “elementos simples” podem ser explorados mais exaustivamente, revelando particularidades que só poderiam ser captadas ao estudar as suas relações com a totalidade, como ainda a função específica que lhes cabe no interior do todo pode ser desvelada. O patamar da investigação é, na “volta”, qualitativamente distinto da “ida”: nesta, a totalidade só poderia comparecer como um todo caótico; naquela, a totalidade já é um complexo articulado de “múltiplas determinações”: o “universal concreto” (LESSA, 2013).

Este é o fundamento ontológico do “método das duas vias”: só podemos conhecer algo se formos capazes de reproduzir, na consciência, suas “múltiplas determinações”. O objeto, no aspecto que nos interessa, compõe um todo sintético de determinações universais, singulares, particulares, essenciais e fenomênicas. É este todo sintético que, num primeiro momento, se apresenta como uma representação

“caótica”. Como este todo é efetivamente composto por partes, podemos, na esfera da subjetividade, decompô-lo em seus “elementos simples” (a “ida”). Contudo, como seus “elementos simples” apenas existem enquanto tais como partícipes da totalidade composta pelo objeto, a partir dos “elementos simples” podemos sintetizar, na subjetividade, a totalidade complexa que o objeto de fato é. Sendo assim, podemos realizar o caminho de “volta” que nos conduz ao “universal concreto”, que nada mais é que a totalidade do objeto elevada à representação na consciência (LESSA, 2013).

Os fundamentos ontológicos do método se referem à algumas determinações mais genéricas do ser (o seu caráter de totalidade complexa, sua historicidade, o predomínio da totalidade frente aos seus complexos particulares); já o fundamento ontológico do processo de conhecimento se radica na práxis social e, dentro dela, mais especificamente no trabalho enquanto a categoria fundante do mundo dos homens (LESSA, 2013).

O próprio Lukács assinala o seguinte princípio:

Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É o que ocorre com a tese central de todo materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode haver ser sem consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algum ente. Mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor entre ser e consciência. Ao contrário, toda investigação ontológica concreta sobre a relação entre ambos mostra que a consciência só se torna possível num grau relativamente elevado do desenvolvimento da matéria; a biologia moderna está em vias de provar como surgem gradualmente, a partir dos originários modos físico-químicos de reação do organismo ao ambiente, formas cada vez mais explícitas de consciência, que todavia só podem alcançar sua completude no nível do ser social (LUKÁCS, 2012, p.307).

Reconhecer o caráter histórico tanto do sujeito como do objeto não implica, de modo algum, na afirmação da identidade da história de cada um. O mundo objetivo, seja ele pura natureza ou criação humana, é portador de determinações ontológico-históricas distintas das do sujeito. De tal modo que a natureza pode existir sem os homens e, ainda, em outro extremo, as criações humanas podem sobreviver aos seus próprios criadores. Os museus são imagens vivas desse fato: objetos que sobreviveram às suas civilizações. Não há, portanto, nem identidade sujeito-objeto, como queria Hegel, nem identidade entre as leis e categorias que predominam na natureza e no mundo dos homens, como querem alguns positivistas (LESSA, 2013).

Para Marx, a teoria não se deduz ao exame das formas dadas de um objeto, com o pesquisador descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos

explicativos para dar conta – à base de hipóteses que apontam para relações de causa/efeito – de seu movimento visível, tal como ocorre nos procedimentos da tradição empirista e/ou positivista. E não é, também, a construção de enunciados discursivos sobre os quais a chamada comunidade científica pode ou não estabelecer consensos intersubjetivos, verdadeiros jogos de linguagem ou exercícios e combates retóricos, como querem alguns pós-modernos (NETTO, 2011).

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento (outras modalidades são, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso). Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidade: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador (NETTO, 2011).

Para Marx, o objeto da pesquisa tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. “Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou” (NETTO, 2011, p.22).

O CONFRONTO COM AS POSIÇÕES “PÓS-MODERNISTAS”

Netto (2012), denomina de *tardo-capitalismo* o capitalismo contemporâneo, resultado das transformações societárias ocorrentes desde os anos 1970 e posto no quadro da sua crise estrutural. Tais transformações estão vinculadas às formidáveis mudanças que ocorreram no chamado “mundo do trabalho” e que chegaram a produzir as equivocadas teses do “fim da sociedade do trabalho” e do “desaparecimento” do proletariado como classe, mudanças que certamente se conectam aos impactos causados nos circuitos produtivos pela revolução científica e

técnica em curso desde a metade do século XX (potenciada em seus desdobramentos, por exemplo, pela “revolução informacional” e pelos avanços da microeletrônica, pelos novos passos da biologia, da física e da química). Mas são transformações que desbordam amplamente os circuitos produtivos: elas envolvem a totalidade social, *configurando a sociedade tardo-burguesa que emerge da restauração do capital* (NETTO, 2012).

Para todos os pensadores dialéticos, a distinção entre aparência e essência é primordial; com efeito, “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 1985, III, 2, p. 271 apud NETTO, 2011); mais ainda: “As verdades científicas serão sempre paradoxais se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas” (MARX, 1982, p. 158 apud NETTO, 2011). Por isto mesmo, para Marx, não cabe ao cientista “olhar”, “mirar” o seu objeto – o “olhar” é muito próprio dos pós-modernos (NETTO, 2011). Boaventura Santos tem esse entendimento quando sinaliza que o novo paradigma pós-moderno suspeita da distinção entre aparência e essência (SANTOS, 1995, p. 331).

Mas por qual motivo classificar tais posições como “pós-modernismo”? Grosso modo pelo fato de partir de uma premissa cara aos seus primeiros formuladores: a suposta superação do que chamam de “modernidade”. Para os pós-modernistas a sociedade “moderna”, do capitalismo industrial e baseada nos valores oriundos do iluminismo, teria sofrido profundas mudanças qualitativas e quantitativas que teriam levado a modernidade à superação – logo, viveríamos numa “era pós-moderna”. Assim, quando se aponta que alguém é “pós-moderno” (e, talvez fosse mais correto chamá-lo de “pós-modernista”) está se falando em algo como “apologista do pós-modernismo”; ou seja, de alguém que, conscientemente ou não, abraça a ideia de superação da “modernidade” por essa tal nova sociedade “pós-moderna” e projeta-se politicamente com base nesse princípio. Discordarmos dessa premissa – pois, ainda que com importantes mudanças, o modo de produção capitalista continua a manter suas principais características, inclusive o conflito entre capital e trabalho como centro das contradições – e por isso acusamos sua existência, mesmo que implícita (GROSSI, 2017).

Todavia, é importante destacar que não é uma polêmica meramente nominalista. Não seria tão problemático (ainda que, dependendo da abordagem, continuasse a ser problema) dizer que as mudanças existentes no capitalismo

marcariam uma transição profunda para “novos tempos”. O problema maior é a conclusão derivada: se a sociedade “moderna” estaria superada, os projetos políticos e ideológicos fundamentados na mesma também! Tais projetos seriam, basicamente, aqueles oriundos do iluminismo, baseados em noções como o uso da razão e da ciência como instrumento de compreensão da realidade, a busca por valores (como liberdade e igualdade) universalmente válidos, entre outros. Alegam que, no campo de “ideologias modernas” supostamente superadas por se basearem numa “modernidade” não mais existente estaria o marxismo. Portanto, os pós-modernos (ou pós-modernistas) incorrem em um anticomunismo distinto daquele conservador ou reacionário. Para eles a “modernidade” estaria superada – como se algo tivesse passado da validade. Não seria questão de negar sua edificação em prol de conservar algo antigo, mas de constatar sua superação (GROSSI, 2017).

Para Netto (2012), os pós-modernistas, depois da metade do século XX, exauriu-se o programa de Modernidade, fundado no capítulo iluminista do projeto ilustrado, configurando-se uma mutação sociocultural estrutural, que implicaria a anacronização dos padrões de análise (e das suas categorias teóricas) dos objetos socioculturais e dos projetos sociais modernos. Vale dizer: de uma parte, teríamos uma “crise de paradigmas”, com a urgência da superação das “metanarrativas” e das abordagens teóricas calçadas na categoria de totalidade; de outra, estaria colocada a alternativa de só pensar a micropolítica ou de encontrar novos referenciais para a ação sociopolítica (NETTO, 2012).

Nas palavras do mesmo autor, a imediaticidade da vida social planetariamente mercantilizada é proposta como a realidade – e, não por acaso, a distinção epistemológica clássica entre aparência e essência é desqualificada. A realidade, na complexidade ontológica dos seus vários níveis, é apreendida no efêmero, no molecular, no descontínuo, no fragmentário, que se tornam a pedra-de-toque da nova “sensibilidade”: o dado, na sua singularidade empírica, desloca a totalidade e a universalidade, suspeitas de “totalitarismo” (NETTO, 2012).

Assim, a humanidade não teria mais nenhum projeto capaz de ser universal e responsável por unificar as mais diversas demandas sob um programa geral (como a luta de classes contra o capitalismo pelo socialismo faria ao interligar a questão colonial, negra, de gênero, etc. à luta anticapitalista). Caberia, portanto (segundo os “pós-modernistas”), a cada “minorias” lutar por si mesma de acordo com suas próprias necessidades sem se preocupar com as demais questões (GROSSI, 2017).

Algumas características que permitem identificar a manifestação do fenômeno pós-modernista nos meios militantes aparecem “originalmente” como fundamentações teóricas e ideológicas que dão sustentação à premissa principal sobre uma suposta superação da modernidade, como: a) negação da ciência (nítida na acusação de que a ciência seria “uma invenção da sociedade ocidental patriarcal opressora” ou no apontamento de que qualquer debate teórico seria “academicista”); b) a contestação sobre a existência de verdades universalmente válidas (muito presente, de forma implícita, na sacralidade da “vivência”, em que cada um teria a “sua verdade”, que não poderia ser cientificamente constatada ou refutada enquanto uma “verdade única”); c) o culturalismo, mecanismo excelente de negação da realidade objetiva em prol das questões subjetivas; d) a redução na realidade aos discursos produzidos sobre a mesma (assim, por exemplo, buscaram combater uma opressão estrutural mudando os discursos ao pretenderem apagar o gênero das palavras usando uma letra “neutra”, o “x”, no lugar de vogais tidas como masculinas e femininas – de alunos/alunas para “alunxs”); e) a diluição de noções de “poder” e “política” (enquanto para o marxismo nenhum dos dois pode ser descolado do conceito de Estado, para pós-modernos, talvez a partir de Foucault e suas ideias sobre “micro-poderes”, pautas como “empoderamento individual” aparecem em detrimento do controle do poder em torno do Estado); f) o egoísmo coletivo, no qual as lutas contra as opressões sobre “minorias” não são dadas a partir de uma constatação objetiva da realidade concreta julgada por valores universais, mas sim como questões de ordem moral; e g) o multiculturalismo e a tosca ideia de que um elemento cultural é propriedade privada de um povo e que se não for assim há “apropriação cultural” (o que tem muito a ver com o multiculturalismo e negação da universalidade) (GROSSI, 2017).

Por sua vez, na compreensão de Netto (2012), o que se pode designar como movimento pós-moderno constitui um campo ideotéorico muito heterogêneo e, especialmente no terreno das suas inclinações políticas, pode-se mesmo distinguir uma teorização pós-moderna de *capitulação* e outra de *oposição*. Do ponto de vista dos seus fundamentos teórico-epistemológicos, porém, o movimento é funcional à lógica cultural do tardo-capitalismo: é-o tanto ao caucionar acriticamente as expressões imediatas da ordem burguesa contemporânea quanto ao romper com os vetores críticos da Modernidade (cuja racionalidade os pós-modernos reduzem, abstrata e arbitrariamente, à dimensão instrumental, abrindo a via aos mais diversos

irracionalismos). Mas, por esta mesma funcionalidade, a retórica pós-moderna não é uma intencional mistificação elaborada por moedeiros falsos da academia e publicitada pela mídia a serviço do capital. Antes, ela é um sintoma das transformações em curso na sociedade tardo-burguesa, tomadas na sua epidérmica imediatividade – como Eagleton observou em belo ensaio, o que os pós-modernos assumem como tarefa “criadora” (ou, segundo outros, “desconstrutora”) corresponde à própria estruturação fetichista da mercadoria e do tardo-capitalismo (NETTO, 2012).

Logo, combater o pós-modernismo é tarefa de qualquer um que acredite que existe uma realidade objetiva que não só pode ser compreendida através da razão e da ciência, como também transformada e melhorada a partir dos resultados dessa compreensão, especialmente da parte da militância marxista. Afinal, o pós-modernismo é inerentemente anticomunista nos fundamentos epistemológicos e nas ações propostas (GROSSI, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Netto (2016), em aula ministrada na UnB (Brasília), a pesquisa de produção de conhecimento teórico é motivada por três condições: 1 Sem massa crítica sobre o objeto; 2 Massa crítica insuficiente; 3 Massa crítica mistificadora. Considerando-se massa crítica ou conhecimento acumulado.

Quem comanda a pesquisa é o objeto e não o sujeito.

Ex. Uma cadeira da sala de aula: seria concreta? Modo imediato: o seu uso como objeto, posso mudá-la de lugar, inverter sua posição, subir, descer, etc. O modo imediato ocorre sem mediações. Se eu pergunto como ela chegou aqui? Como foi comprada, como foi fabricada, de que material é feita, existe um “design”? Foi feita por um marceneiro ou pela indústria?, etc. São fatos que levam a processos de abstrair do dado factual da cadeira como fato. Trata-se de reconstruir o seu processo de constituição para descobrir as relações e traços pertinentes dessa e de outras cadeiras, depois faço o caminho de volta a cadeira, que em nada mudou, mas agora eu conheço as suas *determinações* (elevação do abstrato ao concreto). Tive que descobrir as suas determinações mais concretas, ela se torna então, na minha cabeça, uma síntese de múltiplas determinações (como é apresentado na “Introdução” de 1857).

Para Marx, *categorias* são formas de ser, modos de existência (ontologia como teoria do ser).

As *determinações* devem ser compreendidas como traços essenciais da realidade. A totalidade social, enquanto um complexo de múltiplas determinações, pressupõe um processo de isolamento ou abstração em que a determinação aparece como elemento essencial no movimento de apreensão da natureza constitutiva do ser. E todo processo de determinação é uma negação, à proporção que significa um adentrar nas malhas mais profundas do ser para apresentar sua verdadeira constituição interior, isso implica operar processos de distinção, captação e caracterização daquilo que subsiste como de mais específico. Por sua vez, é preciso estabelecer a conexão da parte estudada com o todo, para que este possa emergir como um todo concreto e não como uma coisa caótica.

Para Marx existem diferenças entre a pesquisa (parte de perguntas e questionamentos) e a exposição da pesquisa (já tenho as respostas e o domínio do objeto).

Escreve Marx sobre isso:

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori (MARX, 1975, p.16).

Entre outras preciosas anotações da aula de Netto em 2016, destacamos:

A *teoria* do ponto de vista marxiano: reprodução ideal na cabeça do movimento real do objeto.

A forma mais desenvolvida (mais complexa) ilumina a forma menos desenvolvida (menos complexa). Não é o mais simples que explica o mais complexo (positivismo).

A gênese histórica do objeto deve ser conhecida mas não fornece o conhecimento do seu desenvolvimento, que é feito pela *crítica* (trazer à consciência os fundamentos de algo, tomar algo, apropriar-se, negar esse algo e superá-lo).

O critério da verdade é a prática social.

Ser é igual a movimento (Hegel); ser inorgânico, ser orgânico e ser social, níveis que se diferenciam por sua complexidade. O ser possui categorias específicas;

seu movimento é auto-dinamizado pelas contradições que contém, que se resolvem por rupturas.

Não há liberdade na natureza, esta só existe no ser social como uma escolha de alternativas concretas e factíveis.

A cultura é um sistema de mediações.

Assim, consideramos que a “Introdução” dos *GRUNDRISSE* DE 1857 é um texto fundamental para a compreensão do método de pesquisa marxiano.

Referências

BORBA, Siomara; PORTUGAL, Adriana Doyle; SILVA, Sérgio Rafael Barbosa da. Pesquisa em educação: A construção teórica do objeto. **Ciência & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 12-20, 2008.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Para uma leitura do método em Karl Marx: Anotações sobre a “Introdução” de 1857. **Cadernos do ICHF, UFF, ICHF**, Rio de Janeiro, 1990.

DUAYER, Mário. Apresentação. In: MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011, pp.11-24.

GROSSI, Diego. Quem são os pós-modernos e por quais motivos lutam contra eles os marxistas. 2017. <https://pcb.org.br/porta12/13296>, acesso em 21/8/2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LESSA, Sérgio. Lukács: o método e seu fundamento ontológico. In: Montañó, C; Bastos, R. I. (orgs.) **Conhecimento e Sociedade ensaios marxistas**. Outras Expressões, São Paulo, 2013, pp.1-27.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012, pp.302-339.

MARTINS, Ligia Márcia. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. In: **Anais da 30ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação**. Cd-rom. Caxambu: ANPED, 2007.

MARX, Karl. **O capital**: livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARX, Karl. O método da economia política (Introdução); In: MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011, pp.54-64.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012

NETTO, José Paulo. Anotações da aula do Prof. José Paulo Netto, sobre **“Introdução ao Método de Marx”**, vídeo gravado na UnB, Brasília, 2016.

SANTOS, Boaventura S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SIQUEIRA, Rafael Sousa. **O método da crítica da economia política: a ciência de Marx na “Introdução” dos *Grundrisse* de 1857**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Filosofia – Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 2015.